

A INTERSETORIALIDADE E A SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES ESCOLARES: O OLHAR DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Yasmin Vitoria de Oliveira Castro¹

Eysler Gonçalves Maia Brasil²

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo identificar as ações de promoção da saúde mental realizadas nas escolas dos municípios de Redenção-CE e Acarape-CE com os adolescentes escolares e identificar as necessidades em saúde mental desse público, através do olhar dos profissionais da educação. Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, realizado no período de agosto de 2023 a agosto de 2024 nas escolas dos municípios de Acarape e Redenção-CE, com profissionais da educação. O estudo recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UNILAB. A coleta foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, posteriormente, o material coletado foi transcrito e analisado segundo análise de conteúdo de Minayo. Com base nas análises, foram encontradas três categorias: Ações de saúde mental desenvolvidas com adolescentes na escola; Oportunidades para a realização das ações de saúde mental com adolescentes; Dificuldades na implementação das ações de saúde mental. Relatou-se que as ações desenvolvidas, em sua maioria, são pontuais e ocorrem por iniciativa da comunidade escolar em promover palestras, atividades, entre outros, durante aulas em disciplinas e eventos escolares. Ou ainda, quando necessário, processos de escuta e acolhimento são realizados pelos próprios professores e gestores escolares, sem as atuações mais próximas de profissionais da rede de atenção psicossocial nessas escolas. Portanto, pode-se observar a falta de ações desenvolvidas pela saúde, atenção primária e CAPS, nas escolas e quando desenvolvidas pela comunidade escolar estas ações são pontuais direcionadas aos adolescentes, dificultando a execução das ações de saúde mental e a implementação efetiva das políticas já existentes.

Descritores: Colaboração Intersetorial; Estudantes; Promoção da saúde; Saúde mental; Adolescente.

ABSTRACT

This study aimed to identify mental health promotion actions carried out in schools in the municipalities of Redenção-CE and Acarape-CE with adolescent students and to identify the mental health needs of this public, through the perspective of education professionals. This is a descriptive and exploratory study, carried out from August 2023 to August 2024 in schools in the municipalities of Acarape and Redenção-CE, with education professionals. The study was approved by the UNILAB Research Ethics Committee. The collection was carried

¹ Discente do Curso de Bacharelado em Enfermagem pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

² Orientadora. Doutora em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde – PPCCLIS pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Professora Adjunta C da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

out through semi-structured interviews, subsequently, the collected material was transcribed and analyzed according to Minayo's content analysis. Based on the analyses, three categories were found: Mental health actions developed with adolescents at school; Opportunities for carrying out mental health actions with adolescents; Difficulties in implementing mental health actions. It was reported that the actions developed, for the most part, are punctual and occur at the initiative of the school community to promote lectures, activities, among others, during classes in subjects and school events. Or, when necessary, listening and welcoming processes are carried out by the teachers and school managers themselves, without the closer actions of professionals from the psychosocial care network in these schools. Therefore, it is possible to observe the lack of actions developed by health, primary care and CAPS, in schools and when developed by the school community, these actions are punctual and directed at adolescents, making it difficult to carry out mental health actions and the effective implementation of existing policies.

Descriptor: Intersectoral Collaboration; Students; Health Promotion; Mental Health; Adolescent.

1 INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase onde surgem as descobertas, transformações e construção de identidade, entre a infância e a vida adulta, marcada por mudanças biológicas e sociais, geralmente dos 10 aos 19 anos. Existem diversas formas de vivenciar a adolescência, influenciadas pelo contexto social, histórico, econômico e político, onde cada cultura molda comportamentos e significados, permitindo ou proibindo certas atitudes (Repetto, 2023).

O desenvolvimento deste adolescente está profundamente influenciado pelo contexto em que está inserido e as oportunidades a ele oferecidas, abarcando aspectos históricos, sociais e culturais que moldam sua experiência (OMS, 2024) Sendo o sofrimento psíquico um dos precursores negativos que afetam esse processo (Texeira *et al.*, 2020).

O Ministério da Saúde segue a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), que considera adolescência o período dos 10 aos 19 anos, 11 meses e 29 dias, e a juventude entre 15 e 24 anos. Com isso, parte da adolescência se sobrepõe ao início da juventude. O termo “pessoas jovens” é utilizado para se referir ao grupo que abrange tanto adolescentes quanto jovens, ou seja, aqueles com idade entre 10 e 24 anos (Brasil, 2023).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) aborda direitos como vida, saúde, convivência familiar, educação, trabalho e cultura. A lei define criança como pessoa até 12

anos incompletos e adolescente como pessoa entre 12 e 18 anos. Além disso, estabelece medidas de proteção, atendimento a jovens infratores e a criação dos Conselhos Tutelares e da Justiça da Infância e da Juventude.

Ademais, a Constituição Federal de 1988 reforça a proteção dos adolescentes, determinando que família, sociedade e Estado devem atuar de forma conjunta para assegurar seus direitos básicos. A legislação também prevê medidas de proteção para adolescentes em situação de risco (Brasil, 1988). Diante das leis e garantias estabelecidas tanto pela Constituição Federal quanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, torna-se evidente a importância de compreender as especificidades da adolescência como etapa para o desenvolvimento dos indivíduos.

É nesse contexto que se insere a reflexão sobre os aspectos emocionais, sociais e psicológicos vivenciados pelos adolescentes. A seguir, serão abordadas as mudanças características dessa fase, os desafios enfrentados e a importância das práticas voltadas à promoção da saúde mental, considerando os impactos que essa etapa da vida exerce sobre a identidade e o bem-estar dos jovens.

A adolescência é uma fase essencial para formar hábitos sociais e emocionais que influenciam o bem-estar mental. Entre eles estão o sono adequado, a prática regular de exercícios físicos, o desenvolvimento de habilidades para lidar com problemas, tomar decisões, conviverem com os outros e controlar as emoções. O apoio da família, da escola e da comunidade também é fundamental (OPAS, 2023).

Diversos fatores afetam a saúde mental dos adolescentes. Quanto maior a exposição a fatores de risco, maior a chance de impacto negativo. Entre os principais desafios dessa fase estão à busca por autonomia, a pressão dos colegas, o processo de descoberta da identidade sexual e o uso intenso de tecnologias. A mídia e as normas de gênero podem aumentar o conflito entre a realidade vivida e os desejos ou expectativas para o futuro. Relações familiares e com amigos, bem como as condições de vida, também influenciam diretamente a saúde mental. Situações de violência, como pais autoritários, bullying e dificuldades financeiras, aumentam os riscos. Crianças e adolescentes são especialmente vulneráveis à violência sexual, que tem fortes consequências para a saúde mental (OPAS, 2023).

O período da adolescência é considerado o momento da vida de maior coragem e criatividade, sempre em um limiar entre a excitação e a confusão mental. Está no papel da geração adulta proporcionar orientações que levem ao máximo desenvolvimento com segurança. Porém, para isso é necessário estabelecer um relacionamento de confiança e posteriormente uma comunicação aberta (Siegel, 2015). A comunicação bem estabelecida proporciona aos pais, educadores e profissionais de saúde maior alcance do adolescente.

A enfermagem deve acolher e atender os jovens de forma integrada, promovendo segurança, qualidade e sigilo sobre o atendimento (Brasil, 2022). O enfermeiro deve ter em seu olhar a capacidade durante a avaliação integral da criança para identificar todo o espectro da vida do mesmo. Assim identificando possíveis transtornos, violências, entre outros fatores que gerem risco a sua saúde (Jerônimo *et al.*, 2023). Esse acolhimento conta com a escuta competente e efetiva para estabelecer um canal de informações, tanto para identificar riscos, como para educação em saúde (Marcolino *et al.*, 2022).

A integração entre instituições de ensino, família e profissional da saúde forma uma rede de apoio forte e eficaz, pois tudo que é ensinado nas escolas e é identificado e orientado no acolhimento a estes adolescentes pelo profissional de saúde deve ser reforçado em casa. O apoio familiar é primordial em terapias como, por exemplo, pacientes com Transtorno do Espectro Autista - TEA (Jerônimo *et al.*, 2023).

Partindo do contexto apresentado, a presente pesquisa teve como objetivo identificar e analisar as ações de promoção da saúde mental realizadas nas escolas dos municípios de Redenção-CE e Acarape-CE com os adolescentes escolares e identificar as necessidades em saúde mental desse público, através do olhar dos profissionais da educação.

O problema da pesquisa foi: quais são as práticas adotadas para a promoção da saúde mental entre adolescentes do ensino médio da rede pública de Redenção/Acarape no estado do Ceará?

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para este trabalho tem caráter analítico com abordagem qualitativa, com a finalidade de compreender o fenômeno em sua existência, conforme o ponto de vista dos sujeitos expresso em suas particularidades e no contexto da análise, por sua vez. A proposição da abordagem qualitativa se adequa ao estudo das relações, das representações, das opiniões e percepções da produção interpretativa humana (produção, sentimentos e pensamentos). Desse modo, o método qualitativo promove a guarida necessária para que se possa adentrar neste universo complexo, ativo e dinâmico (Minayo, 2015).

Após os alinhamentos de metodologia, iniciaram-se as aproximações com as escolas de ensino médio público, sendo uma das escolas de ensino profissionalizante, campo de pesquisa, que foram feitas primeiramente por contato telefônico e e-mail para solicitação de reuniões com a gestão de cada escola. Nessas reuniões foi apresentado o projeto de pesquisa, com seus objetivos e metodologias e o alinhamento entre os horários em que os profissionais de educação estariam disponíveis para as entrevistas. Participam desta pesquisa três escolas de ensino médio das cidades de Redenção e Acarape por questões éticas foram determinado que elas fossem chamadas de Escolas A, B e C (a ordem sendo de acordo com a ordem de cada reunião de aproximação), e para os profissionais da educação PE e gestores G.

Foi realizado um recorte de uma pesquisa maior realizada no período agosto de 2023 a agosto de 2024 em três escolas de ensino médio dos municípios de Acarape-CE e Redenção-CE. Ademais, foram feitas 21 entrevistas semiestruturadas com os professores e gestores das escolas mediante a apresentação do projeto, leitura e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), em que foi possível coletar as entrevistas por meio de gravação de áudio, que posteriormente foram transcritas com ajuda do software de inteligência artificial Celeste Inc. Ltda., sendo revisadas e editadas pelas pesquisadoras.

O conjunto de dados apreendidos por meio de técnicas e instrumentos foram ordenados e sistematizados para assim criar um conhecimento, o qual poderá subsidiar a implementação de ações de promoção da saúde do adolescente. Para a análise dos dados, o material produzido foi de natureza qualitativa, submetidos à análise temática, seguindo as fases de: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, análise e interpretação, durante as quais se destacaram os núcleos de sentidos e a partir disto, as categorias analíticas (Minayo, 2015), além de outros autores de orientações metodológicas.

Os procedimentos ético-legais da pesquisa seguiram a Resolução CNS no 466/12 do Conselho Nacional de Saúde sobre a pesquisa com seres humanos (Brasil, 2012) e recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), conforme parecer N° 6.025.432.

3 RESULTADOS/ DISCUSSÕES

Categoria 1 - AÇÕES DE SAÚDE MENTAL DESENVOLVIDAS COM ADOLESCENTES NA ESCOLA

De acordo com as análises das entrevistas, pode-se observar que as atividades voltadas à promoção da saúde mental foram realizadas em algumas escolas de forma pontual, com atividades promovidas em alguns meses durante o ano pelo curso técnico em Enfermagem nas escolas profissionalizantes, não houveram atividades promovidas pelos CAPS e pela APS, observados nas falas a seguir:

...**Sim**, como nossa escola é uma escola profissional, nós temos o curso de enfermagem, a gente consegue atrelar o curso junto com essas **ações** para promover essa temática. Tanto dentro do próprio curso, quando eles estão inseridos no primeiro ano, quanto ao decorrer do curso que eles vão cursando ao longo desses três anos, promovendo para as outras turmas...(PEA3)

...Bom, nós temos um curso chamado enfermagem...que houve um momento de esclarecimento sobre **depressão que ocorreu em setembro**. No começo do ano, a própria coordenadora do curso de enfermagem na semana pedagógica, ela passa algumas informações relacionadas à **ansiedade, relacionadas à depressão, crises que os alunos podem ter, na semana pedagógica, para os docentes**... A turma de enfermagem costuma sempre abordar algumas ações como **acolhimento, exposição de frases motivacionais, prevenção de identificar determinados distúrbios mentais**.... (PEA2)

Ademais, pode-se perceber que boa parte das ações de promoção da saúde mental desenvolvidas na escola são vinculadas ao curso profissionalizante em Enfermagem que a

escola oferta e, que muitas vezes, partem de iniciativas estudantis. Ainda que haja uma articulação entre a comunidade escolar para ações com profissionais de saúde externos a rede pública de educação que atuem na comunidade, como observado nos seguintes recortes:

...Na maioria das vezes, quando tem as ações da **Semana da Enfermagem** eles trazem um **profissional qualificado** que tenha uma graduação na área e fica fazendo uma certa atividade, palestras, encontros, vai depender do projeto que a própria turma desenvolve. (PEA3)

...**Ações realizadas também pelos próprios adolescentes**...Porque na escola profissional tem uma parte que é chamada protagonismo juvenil. Então quando eles estão inseridos, principalmente nas séries finais, segundo ano, segundo semestre do segundo ano e terceiro ano, aí é que essas ações partem mais deles. (PEA2)

Nas escolas A e B por vezes são citados os professores do projeto “Diretor de Turma” como personagens centrais no discurso sobre ações de acolhimento realizadas com alunos, mesmo esses professores não possuindo formação para tais ações:

“... Os professores, **diretores de turma**, como política mesmo do Estado, fazem um acompanhamento psicopedagógico dos alunos, em alguma medida, mas a gente também **não tem formação para isso**, mas é uma atribuição. Quando algum aluno passa mal, a gente tenta atender. Tem uma professora aqui na escola, que ela faz um **acolhimento** dos alunos, que é um projeto individual dela. Ela não tem formação para isso... mas é uma coisa assim, quase que informal, é mais um lugar de acolhimento mesmo. De dar um chazinho, de conversar, mas não é um trabalho psicológico.” (PEB2)

A intersetorialidade é fator importante destacado em estudos sobre a promoção de saúde mental, constituindo-se atualmente como “elemento prioritário para a consolidação de uma atenção em saúde mental para crianças e adolescentes” (Tano e Matsukura, 2019).

Ações intersetoriais são previstas desde a institucionalização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e de programas como o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, e ainda no ano de 2024 foi publicada a Lei Nº 14.819 que instituiu a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades

Escolares. Esta última prevê “uma articulação com o Programa Saúde na Escola (PSE), o modelo de assistência em saúde mental, o Sistema Único de Assistência Social e a rede de atenção psicossocial” para a implementação de estratégias eficazes de promoção, prevenção e de atenção psicossocial nas escolas a partir de grupos de trabalhos que integrem profissionais da saúde e educação (Brasil, 2024).

Entretanto, o que se observa nos discursos acima retratados é que a Rede de Atenção Psicossocial nesses municípios pouco está envolvida em ações de promoção de saúde mental com adolescentes nas escolas e que a comunidade escolar é a principal responsável por essas ações realizadas de formas pontuais. É fato que muitos fatores podem estar envolvidos nessa falta de intersectorialidade nas ações, desde o pouco investimento dos municípios nos equipamentos da RAPS a poucos profissionais atuantes, a grande demanda para a quantidade de profissionais do município, a recente instituição da lei N° 14.819, entre outros. Porém, essa articulação quase inexistente impacta diretamente na menor disponibilidade de ações de promoção com adolescentes, em uma sobrecarga de responsabilidade para os profissionais da educação e na qualidade dessas ações.

Nota se também, a escassez na capacitação dos profissionais da educação, que são o primeiro contato com esse público, na escuta qualificada, bem como no acolhimento adequado. O cuidado ofertado por eles é baseado apenas em vivência, onde muitos não saberiam como malear possíveis situações de crise, tema que será melhor evidenciado na terceira categoria.

Categoria 2. OPORTUNIDADES PARA A REALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE MENTAL COM ADOLESCENTES

Quando questionados sobre as oportunidades para realização das ações de promoção à saúde mental com adolescentes, alguns discursos trazem a implementação do tempo integral nas escolas de ensino médio como uma oportunidade:

“Sinceramente, a escola, ela sempre dá espaço. Então, por ser uma escola de **tempo integral**, sempre há muito tempo para a gente falar sobre isso. E quando há necessidade, por exemplo, a gente recebe alguém de fora que quer fazer um projeto, a escola sempre acolhe, em qualquer área...”
(PEA3)

“Para ações, eu acho que tem um alcance maior porque eles estão aqui o **dia todo**, então, de alguma forma, essas ações acabam alcançando um número maior de alunos porque eles estão aqui. Então, acho que é um ponto positivo nesse sentido.” (PEB6)

De fato, a implementação de escolas em tempo integral, que no estado do Ceará vem ocorrendo desde 2007 com os modelos de Escola Estadual de Educação Profissional, proporcionam maior tempo dos estudantes na escola. Porém, as primeiras escolas desse modelo foram criadas com o objetivo de formação de mão de obra qualificada para o desenvolvimento do estado que estava passando por um crescimento econômico (Kozen, *et al.*, 2018) e, portanto, possuíam um caráter muito mais técnico do que humanizado para a possibilidade de atividades de cunho de promoção da saúde mental.

Diante disso, mesmo com essas divergências, visto que os profissionais entrevistados percebem a disponibilidade de tempo nas Escolas A e B como oportunidades para realização de ações desse tipo, não há uma impossibilidade desses horários na escola serem usados para essas ações. Passando assim a depender da articulação de toda a rede de atenção psicossocial e a comunidade escolar para sua efetivação.

Segundo Robaert & Schonardie (2017), a partir da permanência dos adolescentes em longo período no âmbito escolar, a escola é um local privilegiado para a manifestação de sintomas e necessidades de saúde mental e também um local estratégico para a promoção de saúde mental desses indivíduos, o que corrobora com o discurso dos profissionais das escolas acima citados.

Outros recortes relatam como oportunidades para ações de promoção em saúde mental o projeto Diretor de Turma, disciplinas como Formação Cidadã, Projeto de Vida e Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais (NTPPS):

“...Com certeza, porque eu sou **diretor de turma**. O diretor de turma é um pouco mais próximo dos alunos e é a primeira pessoa, o primeiro profissional da escola que os alunos procuram quando passam por alguma dificuldade.” (PEA3)

“...Não só tem oportunidade, como as disciplinas como projeto de vida, [...] **Formação Cidadã**, como é o currículo da formação cidadã específica.

Então, [...] a gente recebe um material que se chama "desenvolver habilidades socioemocionais". Aí lá, pra cada semana tem um tema, onde traz um texto, onde traz uma dinâmica, onde traz uma coisa pra trabalhar o **socioemocional**." (PEA3)

"Tem NTPPS, Formação Cidadã, sim. [...]Inclusive os profissionais que trabalham em formação cidadã são **os diretores de turma** e principalmente no NTPPS fazem com maestria. Eles trabalham bem. Tanto é que algumas aulas daqui há alguns alunos já choraram, expuseram suas emoções. [...] A gente percebe que diminuiu um pouco a pressão emocional e psicológica neles. Com certeza, a formação cidadã e NTPPS ajuda a prevenir e também a remediar alguns problemas emocionais que eles têm." (PEB4)

O projeto Diretor de Turma (DT) é um projeto inspirado em uma iniciativa portuguesa de mesmo nome, surgida nos anos 60. No Ceará este teve início a partir de uma apresentação do modelo português no XVIII Encontro Estadual da Associação Nacional de Política e Administração da Educação, Seção Ceará (ANPAE/CE), em 2007, a partir disso escolas passaram a implementar o projeto e este até hoje não possui uma legislação específica para ações de planejamento, execução e avaliação do projeto (Everton, 2019).

Porém, um dos documentos norteadores do projeto DT, o edital traz como principal objetivo potencializar as relações e interações dentro do ambiente escolar a partir de um professor que fica a cargo de uma turma para conhecer os alunos, suas realidades, manter o vínculo entre família e escola, entre outras atribuições (SEDUC, 2010). Nesse documento de fato há indicações de que o professor diretor de turma será o profissional responsável por ajudar a manter um ambiente emocional satisfatório entre seus alunos e acompanhar de perto a realidade social e de saúde de cada um deles.

Ademais, neste mesmo documento supracitado, há a indicação de que a área curricular não disciplinar Formação Cidadã ficará a cargo dos professores DT, e é considerada de "suma importância pelo fato de colocar os alunos em presença com o DT e assim existir um melhor conhecimento dos mesmos e conseqüentemente, um melhor relacionamento, aproximação e afetividade." (SEDUC, 2010).

Entre os temas sugeridos para serem trabalhados nessas aulas está à educação para a saúde, além de prevenção ao uso de álcool e outras drogas, família, entre outros, tornando um espaço oportuno para ações de promoção da saúde mental na escola, como citado nos discursos analisados.

Categoria 3. DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE MENTAL

No que tange ao questionamento feito aos profissionais da educação sobre as dificuldades para a implementação de ações de saúde mental no ambiente escolar, alguns dos critérios mostram-se relevantes à temática, dentre eles a falta ou ineficiência da formação dos profissionais da educação para trabalhar ações de saúde mental com adolescentes escolares, e a falta de investimento do Estado na área. As quais podem ser observadas a seguir:

“...O problema é que **não há uma contrapartida do governo**. Então, não há, por exemplo, um projeto que cuide disso. **Projeto saúde mental na escola**, onde vão ser capacitados os profissionais que atuarão em determinadas escolas. Então, o governo nunca cogitou essa possibilidade. Então, por essa razão, eu acho muito difícil isso daí, porque a gente **não tem profissional**.” (PEA3)

“...São eventos direcionados ao público, e a orientação aos profissionais, que a gente tem também. Nós temos uma psicóloga, assim, de modo externo. **Existe apenas uma psicóloga para a CREDE X inteira... ela não tem condição de acolher as dificuldades das escolas, dos profissionais**. Então, assim, de modo geral, **o Estado não investe nessa questão**.” (PEA2)

Nesse íterim, a lei nº 14.819/2024, em seu artigo 4º dispõe que a execução da Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares dar-se-á em articulação com o PSE, o modelo de assistência em saúde mental, o Sistema Único de Assistência Social e a RAPS, e sua governança ficará a cargo dos Grupos de Trabalho Intersetorial do PSE, que serão responsáveis pelo desenvolvimento das ações nos territórios, com a participação obrigatória de representantes da área da saúde e da comunidade escolar (Brasil, 2024).

A política supracitada tem como objetivos: promover a saúde mental da comunidade escolar, englobando discentes, docentes, gestores e colaboradores; bem como garantir a estes integrantes o acesso à atenção psicossocial; promover a intersetorialidade entre

educação, saúde e assistência social; promover atendimentos, ações e palestras acerca da violência; assim como a divulgação de evidências científicas do manejo incorreto no cuidado à saúde mental.

Ademais, dispõe das seguintes diretrizes: participação da comunidade escolar e externa; abordagem multidisciplinar e intersetorial das ações; integração entre comunidade escolar, APS e serviços de proteção social do território adscrito; garantir a oferta dos serviços de atenção psicossocial à comunidade escolar; participação ativa dos discentes no processo de construção da atenção psicossocial, no exercício da cidadania e respeito aos direitos humanos; bem como a articulação com a Política Nacional de Saúde Mental. Tendo em vista os objetivos e diretrizes da lei nº 14.819/2024, em seu artigo 5º dispõe que o fomento e a promoção de ações caberão à União, bem como o subsídio das ações dos Grupos de Trabalho Intersetorial do PSE (Brasil, 2024).

Desse modo, pode-se inferir que ao ponto que o Estado Democrático de Direito não cumpre com o regulamento da lei nº 14.819/2024, a comunidade escolar sofre com a falta dos recursos a ela prevista em lei, logo, os professores enquanto educadores acabam assumindo responsabilidades e demandas as quais não são devidamente preparados, assim como pode ser percebido pelos relatos abaixo:

...Agora o problema é, muitos alunos me procuram com crise de ansiedade, eu não estou me sentindo bem por causa da crise de ansiedade, eu estou passando por um não sei o que, e **eu não sei como aconselhar, conversar, talvez até se eu converse, piora a situação**, então eu tenho que ser o mais neutro possível. E em **caso de crise de ansiedade**, a gente já recebeu orientações da Seduc, que é não tem profissional na escola, tá com crise de ansiedade, **liga pro pai imediatamente. Quando pegar o filho, a gente não pode aconselhar, a gente não pode conversar, a gente não pode fazer nada**. Porque a gente pode agravar o pai...o que acontece na prática é... ou a gente está com crise de ansiedade. **Quando a gente fala de crise de ansiedade, não é só um relato, não**. A gente sai gritando da sala de aula, que saem os prantos sem motivo aparente, que o pessoal desce e eles vão a escada, assim, segurando [...] E quando o pai vem, o pai normalmente fala **'besteira isso aí'**, [...] Então, **não vai procurar um acompanhamento, não vai procurar absolutamente nada**." (PEA2)

“...O problema é, **o professor, ele foi formado pra isso? Ele não foi.** Então, o **risco de você fazer um trabalho medíocre é muito grande.** Então, existem professores diretores de turma que são mais sensíveis, que têm uma experiência nessa área e conseguem desenvolver muito bem o trabalho relacionado às competências socioemocionais. E existem **professores** que têm mais dificuldade porque, na verdade, ele **precisaria ser um aluno das competências socioemocionais e não um educador.** É algo muito novo que chegou com a reforma do ensino médio e que foi muito necessário imediatamente por causa da questão da pandemia.” (PEA3)

“...Não tem uma formação. Então eles dizem, olha, trabalha as competências socioemocionais. Tá aqui ansiedade, tá aqui várias coisas. Mas o professor não recebe a formação para repassar isso, [...] E professores como eu, que já é mais voltado para números, [...] Aí que sente dificuldade mesmo, porque não consegue entender esse lado mais humano.” (PEA2)

Consonante a isso, a lei nº 14.945/2024 redefine as normativas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/1996) para o novo ensino médio, e nesta em seu artigo 3º, § 3º, dispõe que os sistemas estadual e distrital de educação, com apoio do Ministério da Educação, irão estabelecer políticas, programas e projetos de formação continuada dos docentes de ensino médio que incluam orientações didáticas e reflexões metodológicas relacionadas ao novo formato dessa etapa da educação básica.

Nesse sentido é de suma importância que as formações continuadas abram espaço para discussão da saúde mental da comunidade escolar, haja vista o despreparo dos educadores para estas situações e a falta de amparo profissional capacitado para lidar com ações de promoção, prevenção e cuidado ao adoecimento psíquico dos integrantes da comunidade escolar (Brasil, 2024).

A Organização Mundial da Saúde aponta a instituição escola aquela que tem o potencial para agir e contribuir na promoção da saúde mental das crianças e adolescentes, uma vez que pode atuar no suporte de identificação e encaminhamento para setores de tratamento específico, e em alguns casos, prestar serviços de cuidados primários. Entretanto, estudos nacionais e internacionais, bem como os relatos supracitados, apontam que a situação dos professores frente aos problemas de saúde mental de seus alunos, há pouca informação disponibilizada aos docentes; dessa forma, eles sentem-se inseguros para tomar decisões e

como conduzir os discentes com adoecimento psíquico. Mediante a isso, é possível observar que os profissionais da educação demonstram interesse em adquirir conhecimentos na área, uma vez que consideram que as informações podem ser úteis no dia a dia com o manejo dos alunos no ambiente escolar, tanto em relação ao seu aprendizado quanto para orientar a comunidade escolar e externa (Squassoni, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o supracitado, ao final dessa pesquisa pôde-se identificar que as ações de promoção da saúde mental pelos profissionais da educação é algo ineficaz tendo em vista a falta de formação dos profissionais da educação para trabalhar as temáticas de saúde mental com os adolescentes e consigo; pela falta de investimento estatal, haja vista que as leis existem, muito embora falte a execução delas, sendo a insuficiência de profissionais capacitados para realizar as ações de promoção à saúde mental com a comunidade escolar de forma periódica e continuada um dos principais relatos dos profissionais da educação.

Ao ponto se percebe que as oportunidades para realização das ações existem, as escolas estão abertas ao diálogo e a implementação destas ações, entretanto, pela falta de investimento, sobrecarga profissional e falta de formação, essas oportunidades não são aproveitadas, logo, toda a comunidade escola vivencia o adoecimento coletivo, em que as formas de ajudarem entre si mostram ineficazes, uma vez que o direcionamento eficiente, baseado em evidências, não é aplicado pelos profissionais capacitados que deveriam estar diariamente no ambiente escolar acolhendo as demandas e minimizando os impactos na saúde mental da população interna e externa ao ambiente escolar.

Em concordância ao que já foi descrito no decorrer deste trabalho muitas são as dificuldades para a realização das ações de promoção de saúde mental no contexto escolar, por tudo que já foi mencionado e também pelo ambiente adoecido psiquicamente em que toda a comunidade escolar está imersa, vivenciando esse misto de emoções juntos. Em que dentre muitos outros fatores, a reforma do ensino médio, o pós-pandemia, a não execução do PSE no ensino médio, falta de apoio psicológico e o déficit na intersetorialidade são apontamentos que devem ser apresentados ao Estado, a fim de dar visibilidade a essa problemática, dar voz a essa comunidade escolar e acolher as demandas relatadas, uma vez que esse estudo

apresenta apenas a camada superficial dessa situação de saúde mental, muitos são os contextos singulares que devem ser levados em consideração no cuidado holístico do indivíduo.

Destarte, se faz necessário os estudos e dados gerados acerca da saúde mental dessa população jovem vulnerável, que em pouco tempo serão os adultos adoecidos e potencialmente disfuncionais, impactando no manejo cíclico da sociedade. Assim como faz-se mister observar esses cenários e evidenciar os resultados obtidos aos gestores de saúde e governamentais, a fim de implementarem de forma eficaz as políticas de saúde mental que já existem para essa população vulnerável, que é a comunidade escolar, preparando-os para os cuidados primários e continuados, bem como acolhendo suas aflições e demandas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 7 maio. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde do Adolescente e Jovens**. Brasília - DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-do-adolescente/saude-do-adolescente-e-jovens>. Acesso em: 7 maio. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE**, e dá outras providências. Brasília (DF): Presidência da República; 2007.

BRASIL. Presidência da República. **LEI Nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024. Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares**. Brasília (DF): Presidência da República; 2024. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14819-16-janeiro-2024-795256-publicacaooriginal-170863-pl.html>> Acesso em 31 ago. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **LEI Nº 14.945, de 31 de julho de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio. Brasília (DF): Presidência da República, 2024. (SQUASSONI, 2021) Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14945-31-julho-2024-796017-publicacaooriginal-172512-pl.html>. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Coordenação-Geral de Ciclos da Vida. Coordenação de Saúde dos Adolescentes e Jovens. **Nota Técnica nº 2/2022-COSAJ/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2022/nota-tecnica-no-2-2022-cosaj-cgcivi-dapes-saps-ms.pdf/view>. Acesso em: 7 fev. 2025.

CEARÁ. **Chamada pública de adesão ao projeto professor diretor de turma**. Fortaleza: SEDUC/CE, 2010.

EVERTON, Maria Socorro Brandão. **Uma década do Projeto Professor Diretor de turma no Ceará: uma investigação avaliativa das suas contribuições no enfrentamento do desengajamento escolar no Ensino Médio**. 2019. 299f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza (CE), 2019.

JERÔNIMO, Tatiane Garcia Zuchi; MAZZAIA, Maria Cristina; VIANA, Joseval Martins; CHISTOFOLINI, Denise Maria. Assistência do enfermeiro(a) a crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista. **Acta Paul Enferm**, v. 36, eAPE030832, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2023AO030832>. Acesso em: 12 jan. 2025.

KOZEN, Adriana Schneider Muller; CUNHA, Vitoria Maria; BATISTA, Jussara de Luna. **A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO DO CEARÁ**. In: VII Congresso Nacional de Educação. ANAIS ELETRÔNICOS. Editora Realize, Campina Grande - PB. 2018.

MARCOLINO, Emanuella de Castro; SANTOS, Renata Clemente; CLEMENTINO, Francisco de Sales; SOUTO, Rafaella Queiroga; SILVA, Glauber Weder dos Santos; MIRANDA, Francisco Arnaldo Nunes de. Violence against children and adolescents: nurse's actions in primary health care. **Rev Bras Enferm**, v.75 (Supl 2), e20210579, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0579>. Acesso em: 12 jan. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14ªed. São Paulo: Hucitec, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Mental health of adolescents**. 2024. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-mental-health>. Acesso em: 07 maio. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE - OPAS. **Saúde mental dos adolescentes**. [S.l.]: OPAS/OMS |, 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental-dos-adolescentes>. Acesso em: 07 maio 2025.

REPETTO, Agustina. **Adolescente/Adolescência**. 2023. Disponível em: <https://conceitos.com/adolescente/>. Acesso em: 7 maio. 2025.

ROBAERT, Damaris Wehrmann; SCHONARDIE, Elisiane Felzke. Educação e práticas para promoção de saúde mental na adolescência. **Revista Contexto & Educação**, [S. l.], v. 32, n. 103, p. 191–212, 2017. DOI: 10.21527/2179-1309.2017.103.191-212. Disponível em:

<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/6692>. Acesso em: 31 ago. 2024.

SIEGEL, Daniel J. **Cérebro adolescente**. [S.l.]: Biblioteca Nacional, 2015. ISBN 9788584441594.

SQUASSONI, Carolina Elisabeth; LINS, Sarah Raquel Almeida; MATSUKURA, Thelma Simões. Saúde mental infantojuvenil: avaliação de formação continuada junto a professores de sala de recursos multifuncionais. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, v. 2, p. 714-723, 2021.

TÃNO, Bruna Lidia; MATSUKURA, Thelma Simões. **Intersetorialidade e cuidado em saúde mental: experiências dos CAPSij da Região Sudeste do Brasil**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 29, n. 1, p. e290108, 2019.

TEIXEIRA, Liane Araújo; FREITAS, Rodrigo Jacob Moreira de; MOURA, Natana Abreu de; MONTEIRO, Ana Ruth Macêdo. Necessidades de saúde mental de adolescentes e os cuidados de enfermagem: revisão integrativa. **Texto Contexto Enferm** [Internet]. 2020; 29:e20180424. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2018-0424>. Acesso em: 12 jan. 2025.